

Brasil é o 63º país em investimentos na saúde

São Paulo — O Brasil tem a nona economia mundial mas ocupa a 63ª posição no ranking dos países que mais investem em saúde. Em 1987, o País aplicou US\$ 12 bilhões no setor e, ao mesmo tempo em que sua população aumentou, os aportes na área encolheram: o orçamento da União para este ano prevê o desembolso de médicos US\$ 4,5 bilhões — quase um terço dos investimentos feitos há seis anos —, o equivalente a 1,2% do PIB ou US\$ 21 per capita ao ano. Nos Estados Unidos, o Tesouro gasta, no mesmo período, US\$ 2.100 por americano. Não se trata, no caso, de comparar economias diferentes. Prova disso é que a Argentina, segundo a Associação Médica Brasileira (AMB) gastou, no ano passado, 6% de seu PIB com a saúde de sua população.

Esses são alguns dos dados estarrecedores que constam do diagnóstico da Assistência Médica do Brasil, um alentado levantamento feito pela AMB em parceria com o Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal de Minas Gerais (Nescon) e o IBGE, que será entregue ao ministro da Saúde, Jamil Haddad, na próxima semana. Ao mesmo tempo em que as torneiras oficiais são fechadas para a saúde, aumenta a evasão de recursos arrecada-



Haddad espera pelo relatório

dados a partir das contribuições sobre a folha de salários — aquelas feitas por patrões e empregados mensalmente.

O documento cita levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos anos de 1986, 1987 e 1988, os últimos disponíveis, segundo o qual a média anual de evasão saltou de 25% para 40% nesse período. O pior é que essas contribuições representam mais da metade do total dos recursos destinados à seguridade social. Esse sumiço, segundo o presidente da AMB, Mário Cardoso, explica-se pelo caminho absurdo que as contribuições percorrem: saem dos municípios com destino

ao Governo Federal para, depois, voltarem às cidades de origem. “Inexplicavelmente, de cada Cr\$ 10,00 arrecadados, apenas Cr\$ 6,00 são efetivamente aplicados”, diz ele.

Parte da responsabilidade dessa evasão, de acordo com Cardoso, cabe ao próprio Governo. “Ele é omissivo e muitas vezes incentiva o desaparecimento dos recursos, reconhecendo a insuficiência da remuneração aos hospitais e médicos credenciados e determinando procedimentos distorcidos para o pagamento de alguns atendimentos”, aponta o presidente da AMB. Hoje, um médico credenciado recebe Cr\$ 36 mil — quantia insuficiente para pagar dois cafezinhos — e um hospital ganha Cr\$ 300 mil pela diária de um paciente internado. O agravante é que esses valores não são corrigidos e só entram no caixa do profissional ou da entidade 90 dias depois de cobradas as despesas.

Cardoso afirma que o trabalho da AMB e a parceria com o Nescon não se esgotam nesse relatório. Segundo ele, a entidade discutirá, no próximo dia 26 no Senado, os problemas da saúde brasileira. E, no mês de outubro, será realizado um simpósio para discutir os diferentes sistemas de saúde em vigor em nove países.

Arquivo